

**Universidade do Porto**  
**Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação**

**REGULAÇÃO EMOCIONAL DA CRIANÇA ADOTADA: IMPACTO DA  
VIVÊNCIA FAMILIAR DA ADOÇÃO**

**Ana Raquel Gomes Pacheco**

Outubro 2014

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado de Psicologia,  
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade  
do Porto, orientada pelo Professora Doutora *Maria Adelina Barbosa  
Ducharne* (FPCEUP).

**Universidade do Porto**  
**Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação**

**REGULAÇÃO EMOCIONAL DA CRIANÇA ADOTADA: IMPACTO DA  
VIVÊNCIA FAMILIAR DA ADOÇÃO**

Ana Raquel Gomes Pacheco  
Presidente: Doutor Jorge Negreiros  
Arguente: Doutora Diana Alves  
Orientadora: Doutora Maria Adelina Barbosa  
Classificação: 18 valores

**Ana Raquel Gomes Pacheco**

Outubro 2014

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado de Psicologia,  
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade  
do Porto, orientada pelo Professora Doutora *Maria Adelina Barbosa  
Ducharne* (FPCEUP).

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o autor declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O autor declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Esta dissertação apresenta-se em formato de artigo, com vista à breve submissão a uma revista científica – *Anales de Psicologia*. A escolha por esta revista prende-se com o facto de ser uma revista indexada às principais bases de dados ISI e SCOPUS, facilitando assim a propagação deste estudo à comunidade científica.

Este estudo insere-se no projeto de Doutoramento em Psicologia de Joana Lara Ferreira Soares - “Preditores individuais, familiares e extrafamiliares da competência social em crianças adotadas” – conduzido na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), sob a orientação da Professora Doutora Maria Adelina Barbosa-Ducharne e coorientação do Professor Doutor Jesus Palacios (Universidade de Sevilha). Este projeto de Doutoramento é financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia através da bolsa de Doutoramento SFRH/BD/77316/2011, atribuída à doutoranda. Recebeu a aprovação da Comissão de Ética da FPCEUP e da Comissão Nacional de Proteção de Dados (autorização 3912/2013), bem como foi assinado um Protocolo de Colaboração específico entre o Instituto de Segurança Social (ISS, IP) e a FPCEUP. Refira-se ainda que fui colaboradora deste projeto de investigação durante os dois últimos anos letivos, tendo participado ativamente, entre outras tarefas, na recolha de dados em famílias e escolas.

A presente dissertação contribui para o enriquecimento deste projeto mais alargado, na medida em que permite antever alguns resultados ao nível dos preditores familiares da regulação emocional da criança adotada, que poderão direcionar procedimentos futuros.

O artigo científico, que será em breve submetido para publicação, contará com a colaboração de outros autores, uma vez que integra este projeto mais alargado. Como tal poderão ser também coautores da publicação: a Joana Lara Soares como doutoranda do projeto e os orientadores do projeto de Doutoramento, a Professora Maria Adelina Barbosa-Ducharne da Universidade do Porto e o Professor Jesus Palacios da Universidade de Sevilha.

Estando este ciclo a terminar, cabe-me agradecer a algumas pessoas, que durante estes 5 anos, de licenciatura e de mestrado, estiveram a meu lado, dando-me apoio e força para a realização dos meus objetivos:

À Professora Doutora Adelina Barbosa-Ducharne, minha orientadora, por fazer com que o meu gosto e interesse pela Adoção crescesse, pelo apoio, pelas aprendizagens, pelo sorriso, por acreditar e por inspirar. Um sincero obrigado!

Ao Instituto de Segurança Social, Instituto Público (ISS, IP) e ao Serviço de Adoções do Porto, por facilitarem o acesso à amostra deste estudo. Obrigado!

Ao Grupo de Investigação em Adoção e Acolhimento: à Joana pela ajuda preciosa, pela disponibilidade, por me desafiar a fazer sempre mais e melhor, pelo sorriso, pela amizade ao longo destes dois anos... por tudo! O meu muito obrigado do fundo do coração! À Anne-Sophie, à Cláudia, à Sílvia, à Sara, à Sofia, à Marta e ainda à Maria e à Ana Rita pela partilha e amizade que nos guiou e me realizou!

Às companheiras de viagem, Diana, Joana, Margarida, Maria, Sara e Fanny, que me acompanharam nestes cinco anos! Obrigada por cada sorriso, cada partilha, pela amizade e pelo significado que deram a estes anos!

Aos meus pais, companheiros incondicionais desta viagem, mentores de todo este sonho, um exemplo a seguir, uns verdadeiros PAIS! O meu muito obrigado por me inspirarem todos os dias!

Ao meu irmão, por estar presente, pela descontração que transmite, por seres Irmão! Obrigado!

À Maria, minha afilhada, pelo sorriso, pela traquinice, pelas descobertas, pela pessoa que me fazes ser! *Merci!*

Ao Fábio, por tudo o que és! Pelo amor, pela amizade, pela paciência, por caminhares a meu lado! E por sermos “Realizadores de sonhos, Homens novos do Mundo novo...!”. Muito obrigado!

A toda a minha família, por acreditarem em mim, estarem a meu lado e me darem força! Obrigada!

A todos os meus amigos e amigas por estarem presentes no momento certo e acreditaram em mim! Obrigada!

E por fim, mas sem dúvida essencial, o meu sincero obrigado a todas as famílias que me acolheram em sua casa. A cada criança que me preencheu com a sua história, com o seu olhar e o seu sorriso! E a cada pai/mãe por me envolverem na sua história, me ensinarem e fazerem crescer! Obrigada!

## Resumo

O desenvolvimento socioemocional da criança adotada é influenciado quer pelas experiências anteriores à adoção, mais ou menos adversas, quer pelas experiências posteriores à adoção, mais ou menos recuperadoras da adversidade precoce e promotoras do bem-estar emocional da criança. A qualidade do ambiente familiar adotivo é essencial ao desenvolvimento socioemocional da criança adotada, tanto ao nível da aquisição normativa de competências, como ao nível da recuperação de défices. O presente estudo pretende analisar o impacto das variáveis relativas às dimensões específicas da parentalidade adotiva na regulação emocional das crianças adotadas. A regulação emocional constitui uma dimensão do desenvolvimento emocional da criança, particularmente sensível aos comportamentos parentais. Contudo, não existem estudos nacionais ou internacionais sobre a regulação emocional da criança adotada. Participaram neste estudo as figuras parentais de 70 crianças adotadas, que responderam a uma entrevista semiestruturada sobre a vivência do processo de adoção - Entrevista sobre o Processo de Adoção – Versão Crianças (EPA-C) - e a um questionário de avaliação da regulação emocional da criança – Escala de Regulação Emocional (ERE). Os resultados mostram que o reconhecimento da dificuldade da parentalidade adotiva, a frequência da comunicação sobre adoção, a empatia com a curiosidade da criança pelos pais biológicos, o receio parental de que a criança seja procurada por estes e a satisfação com a comunicação são preditores da labilidade/negatividade emocional da criança adotada. Estes resultados trazem nova informação sobre o desenvolvimento emocional da criança adotada.

*Palavra-chave:* regulação emocional, reconhecimento das especificidades da parentalidade adotiva, comunicação sobre adoção

## **Abstract**

The socio-emotional development of the adopted child is influenced by both previous adoption experiences, which could have been more or less adverse, and other post adoption experiences, which could have been more or less promotable of the recovery from adversity and the emotional well-being of the child. The quality of the adoptive family environment is essential to the child's socio-emotional development both at the level of competence acquisition, as well as deficit recovery. This study aims to analyse the impact of the variables related to the specific dimensions of adoptive parenting in the emotional regulation of adopted children. Emotional regulation is one of the child's emotional development dimensions that is particularly sensitive to parental behaviour. Nevertheless, there are no national or international studies on the emotional regulation of the adopted child. The adoptive parental figures of 70 children participated in this study and were interviewed on the child's adoptive process using the Parental Interview about Adoption - (PIA -C). They also answered a questionnaire on the child's emotional regulation, namely the Emotion Regulation Checklist (ERC). The results show that the predictors of the adopted child's liability and negativity are the acknowledgement of the difficulty of being an adoptive parent, the adoption communication frequency, the empathy with the child's curiosity about his/her birth parents, the parental fear about the child being found by his/her birth parents and the satisfaction with communication. The findings bring a light on new information about the adopted child's emotional development.

*Key-words:* emotional regulation, acknowledgment about specificities of adoptive parenting, adoption communication

## Introdução

O conceito de regulação emocional é multidimensional e inclui "os processos extrínsecos e intrínsecos responsáveis pela monitorização, avaliação e modificação das reações emocionais" (Thompson, 1994, p. 27). Mais especificamente, a regulação emocional envolve a consciência, a compreensão e a aceitação das emoções; a capacidade para controlar comportamentos impulsivos e agir de forma adequada perante emoções negativas; e a capacidade para utilizar estratégias que regulem as respostas emocionais, respondendo assim aos objetivos individuais e às exigências ambientais (Gratz & Roemer, 2004). Contrariamente, a labilidade/negatividade emocional diz respeito à rapidez com que a criança responde aos estímulos emocionais e, simultaneamente, à dificuldade na recuperação de reações emocionais negativas (Dunsmore, Booker, & Ollendick, 2013).

De acordo com Calkins (1994) existem mecanismos biológicos que predisõem a criança a determinado traço comportamental, exercendo a reatividade individual um efeito negativo no desenvolvimento de estratégias regulatórias, essenciais no *coping* com os problemas e na gestão do autocontrolo. No entanto, a partir dos 4 anos de idade, a regulação emocional passa a ser altamente influenciada pelos comportamentos parentais (Kim-Spoon, Cicchetti, & Rogosh, 2013). Segundo Halberstadt, Cassidy, Stifter, Parke, e Fox (1995) os pais podem transmitir a sua expressão emocional, influenciando a expressão emocional dos seus filhos, através de dois mecanismos: 1) a frequência e valência de regulação emocional direcionadas a cada membro da família; 2) e a tendência geral para expressarem emoções positivas e/ou negativas na família. Eisenberg e colaboradores (2001) encontraram uma relação entre a expressão emocional dos pais e o ajustamento da criança, onde constataram que as mães que expressavam mais emoções positivas e menos emoções negativas, sobre a criança, contribuíam para que esta tivesse uma maior regulação emocional. Greenberg, Lengua, Coie, e Pinderhughes (1999) defendem que uma maior comunicação e expressão emocional parental proporcionam à criança um ambiente rico em oportunidades de regulação, e observação de práticas de regulação, que contribuem para o seu desenvolvimento socioemocional. Por fim, tal como referem Meyer, Raikes, Virmani, Waters, e Thompson (2014), os comportamentos parentais de socialização, centrados no apoio, medeiam a relação entre as representações de apoio emocional e a construção de estratégias de regulação por parte da criança.



No entanto, fruto da sua trajetória de vida, algumas crianças têm um desenvolvimento emocional atípico, como é o caso das crianças que foram adotadas. Atualmente, em Portugal, estas são crianças com um passado de experiências de abandono, negligência e/ou mau trato, experiências de institucionalização e vivência de situações de separação ou perda (ISS, IP, 2013). Estas experiências adversas e os consequentes défices de estimulação, prévios à adoção, afetam o desenvolvimento socioemocional destas crianças (Juffer et al., 2011), sobretudo ao nível da compreensão das suas emoções e das emoções dos outros, da regulação e expressão emocional (Eisenberg, Cumberland, & Spinrad, 1998), como consequência da ausência de interações positivas com as figuras de vinculação (Kim-Spoon et al., 2013). As crianças com um passado adverso tendem a exibir níveis elevados de emocionalidade negativa, como a zanga (Gunnar & Donzella, 2002) e maior dificuldade em regular experiências afetivas (Kim-Spoon, Haskett, Longo, & Nice, 2012). Nas famílias desestruturadas, onde o ambiente familiar é imprevisível e desorganizado, os pais estão menos aptos a proporcionar aos filhos ambientes de suporte e de “andaime”, indispensáveis à aprendizagem de estratégias construtivas que regulem os seus estados emocionais (Kim-Spoon et al., 2013).

Tal como referem Juffer e colaboradores (2011), se o desenvolvimento da criança adotada é fortemente influenciado pelas suas experiências prévias à adoção, a criança também é influenciada pelas experiências posteriores à adoção, como as características da família adotiva, as interações intra e extrafamiliares, a comunicação sobre adoção e a compreensão do seu estatuto de adotada. Com a adoção e a integração na família, os pais podem proporcionar à criança experiências reparadoras da adversidade precoce, respondendo com sensibilidade e empatia aos sentimentos dos seus filhos, expondo a criança a climas emocionais apropriados e promovendo a comunicação e expressão de sentimentos de forma adequada (Eisenberg et al., 1998). A adoção tem sido a este nível reconhecida como uma “intervenção natural de sucesso” (van IJzendoorn & Juffer, 2006).

A parentalidade adotiva acarreta diferenças e semelhanças com a parentalidade tradicional, tornando-a assim mais complexa e desafiante. Uma das tarefas específicas da parentalidade adotiva diz respeito à comunicação sobre adoção, sendo esta essencial (Brodzinsky & Pinderhughes, 2002). A sua ausência pode ser disruptiva para o ajustamento da criança (Brodzinsky & Pinderhughes, 2002), tornando-se fundamental para o sucesso da dinâmica familiar (Palacios, Sánchez-Sandoval, & León, 2004), uma vez que prediz a qualidade da relação pais-filhos (Brodzinsky, 2005). Várias investigações acrescentam que uma comunicação aberta promove maior autoestima e menos problemas

de comportamento na criança adotada (Barbosa-Ducharme, Ferreira, & Soares, 2012; Brodzinsky, 2006), um melhor desenvolvimento psicológico (Jones & Hackett, 2007) e maior confiança nos pais adotivos (Kohler, Grotevant, & McRoy, 2002).

Quando as crianças são adotadas em bebê é necessário revelar a adoção; quando as crianças são adotadas numa idade em que já percebem o que lhes está a acontecer, é fundamental que haja comunicação sobre as memórias existentes, para que a criança as possa compreender e dar-lhes significado (Palacios, 2010). A comunicação sobre adoção, na família, é um processo dinâmico, presente ao longo de todo o ciclo vital da família adotiva (Wrobel, Kohler, Grotevant, & McRoy, 2003). Especificamente, na fase do ciclo vital em que se encontram as famílias deste estudo – crianças em idade escolar - é importante salientar que as crianças já são capazes de compreender o conceito de adoção e os ganhos e perdas que esta implica (Brodzinsky, Braff, & Singer, 1984). Esta torna-se uma fase desafiante para a família adotiva, uma vez que a noção de perda pode gerar na criança um sentimento de ambivalência sobre ser adotado e, conseqüentemente, problemas de ajustamento (Brodzinsky, 1990). Assim, é essencial que os pais estejam atentos aos sinais e necessidades das crianças e proporcionem um clima emocional positivo, tranquilo e facilitador da comunicação aberta sobre adoção (Brodzinsky, 2011).

Entende-se por comunicação aberta um ambiente familiar propício à exploração e livre expressão de sentimentos e pensamentos sobre adoção, sobretudo por parte da criança (Brodzinsky, 2006). Brodzinsky (2005) acrescenta que uma comunicação aberta, construtiva e não defensiva potencia na criança a exploração do seu passado, permitindo-lhe desenvolver uma identidade positiva. Apesar de o grau de abertura da comunicação ser influenciado quer pelos pais, quer pelos filhos, Le Mare e Audet (2011) consideram que as atitudes e comportamentos dos pais potenciam o desenvolvimento da abertura na comunicação, por parte da criança.

Wrobel e colaboradores (2003) propõem um modelo de comunicação da adoção na família (FAC – *Family Adoption Communication Model*) composto por três fases de comunicação: a primeira fase refere-se à partilha de informações com as crianças sobre a história da adoção; na segunda, os pais respondem a questões colocadas pelas crianças, fruto da sua curiosidade; na terceira fase, as crianças tendem a procurar, autonomamente, mais informações sobre a sua história, para satisfazer a sua curiosidade. É importante que os pais considerem que as crianças têm curiosidade sobre a sua família biológica, independentemente da quantidade de informação que possuem sobre elas (Wrobel, Grotevant, & McRoy, 1998). O reconhecimento da importância de uma comunicação

aberta, entre pais e filhos, acerca da adoção, deriva do trabalho pioneiro de Kirk, que identificou dois padrões de pais quanto ao reconhecimento de diferenças entre famílias adotivas e famílias convencionais: pais que rejeitavam as diferenças existentes entre os dois tipos de famílias e pais que reconheciam essas diferenças. A ideia inicial do autor era que o padrão de reconhecimento e de aceitação das diferenças predizia um desenvolvimento mais positivo da família adotiva (Palacios, 2010). Contudo, mais tarde, Brodzinsky (1990) propôs um modelo onde a rejeição das diferenças poderia relacionar-se com a ausência de problemas relativos à adoção, não se revelando prejudicial para a família adotiva. O mesmo autor acrescenta que o reconhecimento exagerado das especificidades da parentalidade adotiva pode traduzir-se num ambiente familiar de risco, composto por interações disfuncionais que comprometem uma vivência familiar saudável e adaptativa. Palacios e Sánchez-Sandoval (2005) constataram que os laços familiares se fortalecem com a diminuição do padrão de reconhecimento das diferenças. A relação entre estes dois padrões não é retilínea, mas sim curvilínea, havendo momentos do ciclo vital da família adotiva em que é adaptativo reconhecer os desafios da parentalidade adotiva, e outros em que é ajustado rejeitar essas diferenças (Brodzinsky, 1990).

A revisão teórica aqui exposta deixa claro que a relação pais-filhos mostra-se fundamental ao desenvolvimento da regulação emocional das crianças. Considerando o desenvolvimento atípico pelo qual as crianças adotadas passam, é importante ter em consideração que para muitas destas crianças, até à adoção, não existe a oportunidade de uma socialização parental das emoções, para além do facto dos ambientes onde viveu até então serem carregados de *stress* e reatividade emocional. Com a adoção, a criança ganha uma família, e a oportunidade de recuperar algumas destas lacunas, desde que a qualidade do ambiente familiar adotivo, assim o proporcione, tornando-se fundamental o estudo da regulação emocional em crianças adotadas. Assim, o principal objetivo deste estudo correlacional é compreender que processos da vivência familiar adotiva explicam a regulação emocional na criança adotada e as diferenças existentes entre elas a este nível, procurando: 1) caracterizar a regulação emocional da criança adotada, através da informação da mãe e do pai; 2) explorar a vivência familiar da adoção, nomeadamente a comunicação sobre a adoção e o reconhecimento versus rejeição dos desafios inerentes à parentalidade adotiva; 3) estudar as relações entre a vivência familiar da adoção e a regulação emocional da criança adotada; 4) estudar o impacto da vivência familiar da adoção na regulação emocional da criança adotada. Acrescenta-se que o estudo se centra na perspetiva parental das variáveis em estudo.

## Estudo Empírico

### 1. Método

#### 1.1. Participantes

Neste estudo participaram as figuras parentais de 70 crianças adotadas que tinham, no momento da recolha de dados, uma idade média de 8.99 anos ( $DP = 0.84$ , Min. = 8.00, Máx. = 11.00) e das quais 39 (55.7%) são do sexo masculino e 31 (44.3%) do sexo feminino. Estas crianças foram adotadas com 3.19 anos de idade, em média, ( $DP = 1.98$ , Min. = 0.3, Máx. = 7.00). O tempo de adoção variou entre 2.5 e 9.4 anos ( $M = 5.81$  e  $DP = 1.95$ ). Previamente a ser adotadas, estas crianças viveram, em média, 14.74 meses com a família biológica ( $DP = 18.46$ , Min. = 0, Máx. = 72.00) e estiveram acolhidas entre três a 66 meses ( $M = 23.70$ ,  $DP = 14.90$ ). Sessenta e três crianças (90%) vivem atualmente em famílias biparentais e sete (10%) em famílias em que a mãe é a única figura parental. No total das famílias participantes, as mães apresentam uma idade média de 44.95 anos de idade ( $DP = 5.08$ , Min. = 33.00, Máx. = 56.00) e 12.11 anos de estudo ( $DP = 4.70$ , Min. = 4.00, Máx. = 22.00), enquanto os pais têm, em média, 46.53 anos de idade ( $DP = 4.71$ , Min. = 37.00, Máx. = 59.00) e estudaram, em média, 11.88 anos ( $DP = 5.17$ , Min. = 0, Máx. = 23.00).

#### 1.2. Instrumentos

**Entrevista sobre o Processo de Adoção – Versão Crianças (EPA-C, Barbosa-Ducharne & Soares, 2012).** Esta entrevista semiestruturada aborda todo o processo de adoção, embora, nesta investigação, apenas sejam alvo de estudo os dados relativos à comunicação sobre a adoção na família e ao reconhecimento versus rejeição das diferenças entre parentalidade adotiva e parentalidade biológica. A entrevista é formada por questões abertas, por questões de resposta dicotómica e por questões que evocam respostas de tipo *Lickert*, em escalas de 7 pontos. A duração média das entrevistas foi de 143.71 minutos ( $DP = 44.44$ , Min. = 85.00, Máx. = 316.00). O respondente desta entrevista foi apenas uma das figuras parentais, selecionada em função do critério de maior proximidade à criança.

**Escala de Regulação Emocional (ERE; Alves & Cruz, 2013).** Esta medida indireta, de avaliação da regulação emocional da criança, resulta da tradução e adaptação do *Emotion Regulation Checklist* (ERC; Shields & Cicchetti, 1997) é constituída por 24

itens e apresenta duas escalas: a) labilidade / negatividade, que traduz défices na regulação emocional, ao nível da falta de flexibilidade, ativação emocional, reatividade, desregulação da zanga e labilidade do humor; e b) regulação emocional, que se refere a expressões emocionais socialmente apropriadas, como a empatia e a autoconsciência emocional. Para cada um dos itens existem quatro possibilidades de resposta: 1 - “nunca”; 2 - “algumas vezes”; 3 - “muitas vezes” e o 4 - “sempre”. Este questionário foi aplicado a dois informantes, mãe e pai. Na análise da consistência interna dos dados recolhidos referentes ao ERE, o índice *alpha de Cronbach* encontrado para cada uma das escalas foi: Labilidade/Negatividade ( $\alpha$  da mãe = .77,  $\alpha$  do pai = .81) e Regulação Emocional ( $\alpha$  da mãe = .63,  $\alpha$  do pai = .63), valores semelhantes (.80 e .60, respetivamente) aos encontrados por Alves (2013).

### 1.3. Procedimentos

**Seleção da amostra.** Para seleção da amostra e realização do primeiro contacto às famílias, solicitando a colaboração, foi assinado um protocolo específico de cooperação entre o Instituto da Segurança Social, Instituto Público (ISS, IP) e a Faculdade de Psicologia e de Ciência da Educação, Universidade do Porto (FPCEUP), funcionando este organismo, responsável pelas adoções em Portugal, como intermediário entre as famílias e a equipa de investigação, garantindo assim a confidencialidade da identidade da família adotiva. As famílias participantes foram selecionadas de acordo com os seguintes critérios: a) famílias cuja adoção tivesse sido decretada há pelo menos um ano; b) famílias com crianças entre os 8 e os 10 anos de idade, a frequentar desde o 2º ao 4º ano de escolaridade.

**Recolha de dados.** A recolha de dados decorreu entre Março de 2013 e Setembro de 2014, maioritariamente no domicílio da família, em duas visitas. Na primeira recolha de dados, os pais assinaram uma declaração de consentimento informado, na qual afirmavam o carácter voluntário da sua participação. Os questionários de autorresposta foram entregues aos participantes, que os preencheram no final da entrevista ou entre a primeira e a segunda visita. No final da visita à família foi realizado sempre com os pais um *debriefing*. A cada participante foi atribuído um código não havendo a sua identificação. As famílias não receberam remuneração monetária pela participação, tal como é habitual na investigação na área da adoção, em Portugal.

**Análise de dados.** Os dados recolhidos foram analisados através do programa *Statistical Package for Social Sciences*, versão 22, para Windows. Os procedimentos estatísticos utilizados incluem análises de estatística descritiva, diferenças de médias,

correlações entre variáveis e uma análise de regressão linear múltipla. Foi realizado um estudo prévio dos dados, nomeadamente em relação à normalidade da distribuição das variáveis e da homogeneidade das variâncias. Os pressupostos de normalidade foram testados através dos testes Shapiro-Wilk ( $n < 30$ ) e Kolmogorov-Smirnov e da análise da kurtose (valores  $< 7 - 10$ ) e assimetria (valores  $< 3$ ); e o pressuposto de homogeneidade das variâncias através do teste de Levene. Sempre que estas condições não foram verificadas foram realizados testes não paramétricos. Quando ambos os testes eram concordantes no que respeita à rejeição versus retenção da hipótese nula, foram reportados os testes paramétricos (Martins, 2011). Os pressupostos inerentes à análise de regressão linear múltipla também foram verificados: normalidade da distribuição dos erros, linearidade, homoscedasticidade, independência dos erros (*Durbin-Watson*) e multicolinearidade. A análise qualitativa foi utilizada para explorar algumas respostas das figuras parentais, nas perguntas abertas da entrevista, utilizando-se o método de análise de conteúdo.

## 2. Resultados

### 2.1. Regulação emocional da criança adotada, segundo a perspetiva parental

A regulação emocional foi avaliada através de dois informantes: a mãe e o pai. Segundo as mães, a regulação emocional das crianças adotadas é, em média, de 2.84 ( $DP = 0.4$ , Min. = 1.78, Máx. = 3.78), e de acordo com os pais de 2.86 ( $DP = 0.40$ , Min. = 2.00, Máx. = 3.78), não havendo diferenças estatisticamente significativas entre as pontuações dos dois informantes,  $t(46) = 0.21$ , *ns*. Na escala de labilidade/negatividade, as crianças apresentam pontuações médias de 1.83 ( $DP = 0.40$ , Min. = 1.20, Máx. = 2.93), segundo as suas mães, e de acordo com os seus pais de 1.77 ( $DP = 0.39$ , Min. = 1.00, Máx. = 2.73),  $t(46) = 1.02$ , *ns*. A escala de regulação emocional, segundo a perspetiva materna, encontra-se positivamente correlacionada com a regulação emocional do ponto de vista paterno ( $r = .39$ ,  $p = .007$ ). A correlação é ainda mais forte na escala de labilidade/negatividade emocional ( $r = .73$ ,  $p < .001$ ). Consequentemente, optou-se por, nas análises subsequentes, usar a média dos dois informantes, para a escala de regulação emocional ( $M = 2.85$ ,  $DP = 0.37$ , Min. = 1.78, Máx. = 3.78), tal como para a escala de labilidade ( $M = 1.81$ ,  $DP = 0.38$ , Min. = 1.20, Máx. = 2.73). As duas escalas do ERE encontram-se negativamente correlacionadas ( $r = -.36$ ,  $p = .003$ ).

## 2.2. Vivência familiar da adoção

**Comunicação sobre a adoção na família: perspectiva parental.** Das 70 figuras parentais participantes, 68 (97.1%) já falaram com os filhos acerca do seu estatuto de adotados e duas (2.9%) ainda não revelaram a adoção à criança. Em 39 dos casos (57.4%), a primeira comunicação sobre adoção foi uma revelação da adoção e em 29 (42.6%) as crianças já tinham consciência da adoção quando foram integradas na família. A primeira comunicação sobre adoção (revelação ou não) ocorreu em 32.9% dos casos ( $n = 23$ ) antes dos 4 anos de idade; em 35.7% ( $n = 25$ ) entre os 4 e os 5 anos; em 28.6% ( $n = 20$ ) entre os 6 e os 9 anos; e em 2.9% ( $n = 2$ ) entre os 10 e os 11 anos. Esta conversa, segundo 59 figuras parentais (88.1%) foi uma conversa relaxada; contudo, 8 pais (11.9%) consideraram que foi tensa. Ao longo do ciclo vital da família adotiva, 22.9% dos pais ( $n = 16$ ) nunca falaram com a criança, por iniciativa própria, sobre adoção; 8.6% ( $n = 6$ ) fê-lo apenas uma vez; 11.4% ( $n = 8$ ) poucas vezes; 31.4% ( $n = 22$ ) algumas vezes; e 25.7% ( $n = 18$ ) muitas vezes. Por sua vez, de acordo com os pais, 12.9% ( $n = 9$ ) das crianças nunca iniciaram uma conversa sobre adoção; 5.7% ( $n = 4$ ) fê-lo apenas uma vez; 34.3% ( $n = 24$ ) fê-lo poucas vezes; 34.3% ( $n = 24$ ) algumas vezes; e 12.9% ( $n = 9$ ) muitas vezes. Refira-se ainda que 84% dos pais ( $n = 59$ ) considera que as vezes que falaram em família sobre adoção foram suficientes; e 16% ( $n = 11$ ) acha que foram insuficientes. Na Tabela 1 a comunicação encontra-se descrita em termos de: idade da primeira comunicação, conforto na comunicação, facilidade em falar nas origens da criança, empatia pela curiosidade da criança em relação aos pais biológicos e satisfação com a comunicação. São também apresentadas as intercorrelações entre estas variáveis.

Verificou-se que, em termos de variáveis sociodemográficas, a escolaridade do respondente correlaciona-se negativamente com a facilidade dos pais em falar nas origens da criança ( $r = -.24, p = .043$ ) e com a satisfação com a comunicação ( $r = -.42, p < .001$ ).

Cinquenta figuras parentais (71.4%) consideram que os seus filhos, no futuro, vão querer procurar a sua família biológica; por outro lado, 41.4% ( $n = 29$ ) dos pais receia que a criança possa ser procurada pela família biológica. Estes pais, que receiam que a criança seja procurada pela família biológica, têm filhos que viveram mais tempo com esta ( $M = 22.83, DP = 22.05$ ), que foram adotados mais velhos ( $M = 3.85, DP = 1.97$ ) e que estão há menos tempo adotados ( $M = 6.20, DP = 1.87$ ), comparativamente aos que não têm esse receio ( $M = 9.01, DP = 12.89$ ),  $t(68) = 3.03, p = .004, d = 0.77, IC a 95\% [4.60, 23.03]$ ; ( $M = 2.72, DP = 1.87$ ),  $t(68) = 2.43, p = .018, d = 0.59, IC a 95\% [0.20, 2.05]$ ; ( $M = 5.26, DP = 1.97$ ),  $t(68) = -2.04, p = .045, d = 0.49, IC a 95\% [-1.87, -0.02]$ , respetivamente.

**Reconhecimento versus rejeição parental dos desafios inerentes à parentalidade adotiva.** Quarenta e cinco participantes (64.3%) consideram que os pais adotivos devem desenvolver competências extra, para além das presentes na generalidade dos bons pais, ao nível: da adaptação e vinculação à criança (47.1%); da comunicação sobre a adoção (17.6%); da aceitação e compreensão da história prévia da criança (17.6%); da discriminação e preconceito social (8.8%); e das características da criança (8.8%). Estes pais têm crianças que foram adotadas mais velhas ( $M = 3.60$ ,  $DP = 2.03$ ), em relação àquelas cujos pais não consideram que necessitam de desenvolver competências extra ( $M = 2.46$ ,  $DP = 1.66$ ),  $t(68) = 2.38$ ,  $p = .020$ ,  $d = 0.61$ , IC a 95% [0.18, 2.09]. Além disso, são pais com escolaridade superior ( $M = 14.33$ ,  $DP = 4.43$ ); ( $M = 10.36$ ,  $DP = 4.74$ ),  $t(68) = 3.51$ ,  $p = .001$ ,  $d = 0.87$ , IC a 95% [1.71, 6.24]. Algumas figuras parentais ( $n = 33$ , 47.1%) avaliam a tarefa de serem pais adotivos, como mais difícil do que ser pais biológicos devido: à adaptação e estabelecimento de vínculos (38.9%); ao processo de adoção (16.1%); à revelação e comunicação sobre a adoção (12.9%); às práticas educativas (12.9%); à discriminação e preconceito social (9.7%); e à busca das origens (9.7%). Estes pais adotaram crianças mais velhas ( $M = 3.76$ ,  $DP = 1.99$ ) e têm mais anos de estudo ( $M = 14.76$ ,  $DP = 3.87$ ), em comparação com os que não consideram esta dificuldade acrescida ( $M = 2.68$ ,  $DP = 1.84$ ); ( $M = 11.27$ ,  $DP = 5.18$ ),  $t(68) = 2.36$ ,  $p = .021$ ,  $d = 0.56$ , IC a 95% [0.17, 2.00];  $t(68) = 3.21$ ,  $p = .002$ ,  $d = 0.76$ , IC a 95% [1.32, 5.66], respetivamente.

No que se refere às necessidades dos filhos adotados, 43 pais (61.4%) consideram que as crianças adotadas têm mais necessidades do que as restantes crianças: necessidades de carácter afetivo (70.7%); relacionadas com a história prévia e busca das origens (17.1%); com a comunicação sobre a adoção (7.3%); com a saúde (2.4%) e com a educação (2.4%). Estes participantes adotaram crianças mais velhas ( $M = 3.63$ ,  $DP = 1.96$ ) e que estão adotadas há menos tempo ( $M = 5.41$ ,  $DP = 1.78$ ), em relação aos pais que não identificam essas necessidades acrescidas ( $M = 2.44$ ,  $DP = 1.80$ ),  $t(68) = 2.53$ ,  $p = .014$ ,  $d = 0.63$ , IC a 95% [0.25, 2.13]; ( $M = 6.48$ ,  $DP = 2.08$ ),  $t(68) = -2.27$ ,  $p = .026$ ,  $d = 0.55$ , IC a 95% [-2.00, -0.13], respetivamente. Cinquenta e nove pais (84.3%) consideram que as crianças adotadas têm mais preocupações do que as outras crianças, que se devem: à curiosidade pela história prévia e busca das origens (44.6%); ao medo de rejeição/abandono por parte da família adotiva (37.5%); à discriminação e preconceito social (10.7%); e à aceitação do seu estatuto de adotado (7.1%). Estes pais têm mais anos de escolaridade ( $M = 13.78$ ,  $DP = 1.79$ ), do que os que não consideram estas preocupações ( $M = 8.27$ ,  $DP = 5.27$ ),  $t(68) = 3.73$ ,  $p < .001$ ,  $d = 1.40$ , IC a 95% [2.56, 8.46].



### **Relações entre as variáveis caracterizadoras da vivência familiar da adoção.**

Observou-se também que os pais que acreditam que se devem desenvolver competências extra na parentalidade adotiva realizaram a primeira comunicação sobre a adoção mais tarde ( $M = 5.33, DP = 1.97$ ); ( $M = 4.02, DP = 1.19$ ),  $t(68) = 3.03, p = .001, d = 0.80$ , IC a 95% [0.56, 2.07]; e tendem a considerar que as vezes que falaram sobre adoção foram insuficientes,  $\chi^2(1) = 7.25, p = .007, V = 0.32$ . Também se encontrou uma correlação positiva entre as semelhanças que os pais identificam entre as famílias adotivas e as famílias convencionais e o conforto de pais e filhos em falar sobre a adoção e a satisfação com a comunicação (ver Tabela 1).

Os participantes que acham ser mais difícil ser pai/mãe adotivo(a) que pai/mãe biológico(a) têm a primeira comunicação sobre a adoção mais tarde ( $M = 5.42, DP = 2.08$ ); ( $M = 4.37, DP = 1.44$ ),  $t(68) = 2.50, p = .015, d = 0.59$ , IC a 95% [0.21, 1.91]. Estes pais descrevem menos conforto, de pais e filhos, na comunicação sobre a adoção ( $M = 5.08, DP = 1.67$ ) e têm mais dificuldade em falar nas origens da criança ( $M = 4.45, DP = 2.09$ ), comparativamente aos pais que igualam a dificuldade da parentalidade adotiva e biológica, que, por sua vez, relatam maior conforto ( $M = 5.86, DP = 1.22$ ),  $t(66) = -2.23, p = .029, d = 0.53$ , IC a 95% [-1.49, -0.08] e têm mais facilidade em falar nas origens da criança ( $M = 5.57, DP = 1.95$ ),  $t(68) = -2.30, p = .024, d = 0.55$ , IC a 95% [-2.08, -0.15].

As figuras parentais que consideram que as crianças adotadas têm mais necessidades do que as restantes crianças, tiveram a primeira comunicação sobre adoção quando a criança era mais velha ( $M = 5.21, DP = 1.76$ ); ( $M = 4.32, DP = 1.86$ ),  $t(68) = 2.02, p = .047, d = 0.49$ , IC a 95% [-0.13, -1.78]. Os participantes que consideram que os filhos adotados têm mais preocupações do que os filhos biológicos evidenciam menor facilidade em falar das origens da criança ( $M = 4.85, DP = 2.12$ ), do que os restantes pais ( $M = 6.09, DP = 1.51$ ),  $t(68) = -1.85, p = .031, d = 0.67$ , IC a 95% [-2.36, -0.12]. Os pais que consideram que os filhos adotados têm mais preocupações do que os filhos biológicos tendem a considerar que os seus filhos irão querer procurar a família biológica,  $\chi^2(1) = 4.31, p = .038, V = 0.25$ .

### **2.3. Relações entre a regulação emocional/labilidade emocional e a vivência familiar da adoção**

Quando analisadas as relações entre a regulação emocional da criança e a comunicação sobre a adoção verificou-se que a regulação emocional é maior quando a primeira comunicação sobre adoção foi descrita como relaxada ( $M = 2.90, DP = 0.37$ ), em

comparação às situações em que foi descrita como tensa ( $M = 2.56$ ,  $DP = 0.29$ ),  $t(65) = -2.51$ ,  $p = .014$ ,  $d = 1.02$ , IC a 95% [- 0.62, - 0.07]. Além disso, as crianças cujos participantes consideram que as vezes que falaram sobre adoção foram insuficientes, apresentam menor regulação emocional ( $M = 2.58$ ,  $DP = 0.38$ ) e maior labilidade emocional ( $M = 2.15$ ,  $DP = 0.32$ ), do que as crianças cujos pais acreditam que falaram vezes suficientes sobre adoção, que apresentam maior regulação ( $M = 2.90$ ,  $DP = 0.35$ ),  $t(68) = -2.75$ ,  $p = .008$ ,  $d = 0.88$ , IC a 95% [- 0.55, - 0.09] e menor labilidade emocional ( $M = 1.75$ ,  $DP = 0.37$ ),  $t(68) = 3.50$ ,  $p = .001$ ,  $d = 1.57$ , IC a 95% [0.17, 0.63].

O conforto de pais e filhos, na comunicação sobre adoção, correlaciona-se positivamente com a regulação emocional e negativamente com a labilidade/negatividade. O mesmo se observa em relação à satisfação com a comunicação (ver Tabela 1).

Por fim, os pais que receiam que o seu filho seja procurado pela família biológica reportam menor regulação emocional da criança ( $M = 2.71$ ,  $DP = 0.32$ ) e maior labilidade ( $M = 1.93$ ,  $DP = 0.38$ ) do que os pais que não apresentam essa preocupação, cujas crianças são mais reguladas ( $M = 2.95$ ,  $DP = 0.38$ ),  $t(68) = -2.79$ ,  $p = .007$ ,  $d = 0.68$ , IC a 95% [- 0.41, - 0.07] e têm valores mais baixos de labilidade/negatividade emocional, ( $M = 1.72$ ,  $DP = 0.36$ ),  $t(68) = 2.36$ ,  $p = .021$ ,  $d = 0.57$ , IC a 95% [0.33, 0.39].

No que diz respeito às relações entre o reconhecimento versus rejeição das diferenças entre parentalidade biológica e adotiva e a regulação emocional da criança adotada, observou-se que quanto mais fácil é a tarefa de ser pai/mãe adotivo(a) mais altas são as pontuações de regulação emocional da criança e mais baixas as de labilidade/negatividade. Da mesma forma, quanto mais semelhanças os pais identificam entre as famílias adotivas e as famílias convencionais, menor a labilidade emocional da criança (ver Tabela 1).

*Inserir Tabela 1*

#### **2.4. Preditores da labilidade emocional da criança adotada**

Uma vez que a correlação entre os informantes mãe e pai era maior na escala da labilidade/negatividade emocional, e os *alphas* desta escala também eram mais altos, foi realizada uma análise de regressão hierárquica utilizando-a como variável dependente (Tabela 2). Foram analisados os pressupostos do modelo, nomeadamente: a distribuição normal e homogeneidade dos erros (validados graficamente); a independência dos erros (estatística de *Durbin Watson* = 1.77); e a multicolinearidade (validada através dos valores de tolerância, não havendo variáveis colineares). O modelo de regressão linear múltipla

final inclui cinco variáveis de vivência familiar da adoção que explicam 43.9% da variabilidade na labilidade emocional das crianças adotadas,  $F(5, 69) = 11.80, p < .001$ .

*Inserir Tabela 2*

### **3. Discussão**

As duas escalas, de regulação emocional e de labilidade emocional, encontram-se negativamente correlacionadas. No presente estudo, os dois informantes, pai e mãe, têm perspectivas semelhantes acerca da regulação emocional dos seus filhos, não tendo sido encontrado nenhum estudo, com crianças nesta faixa etária, que tenha usado a perspectiva de ambos os pais para avaliar a regulação emocional dos seus filhos; são usados, normalmente, os relatos das mães ou dos professores. Alves (2013) usou o mesmo instrumento – ERE – para avaliar a regulação emocional de crianças (não-adotadas) em idade escolar, segundo a perspectiva do professor, tendo verificado que estas crianças apresentam significativamente menor regulação emocional do que as crianças adotadas (a média de regulação emocional obtida no estudo de Alves (2013) é de 1.66, diferindo significativamente da pontuação média obtida neste estudo). Este resultado poderá ser interpretado com base em duas ideias: por um lado, o facto de o informante ser diferente – neste estudo são os pais e no outro os professores -, sendo que a ligação e o envolvimento com a criança são diferentes e os próprios contextos também; por outro lado, os próprios pais adotivos, por todo o percurso até serem pais, poderão ter tendência a sobrevalorizar a competência dos seus filhos e a avaliar o seu papel em termos de maior prazer, satisfação e competência. Sendo certo que a ausência de estudos que avaliem a regulação emocional em crianças adotadas dificulta a interpretação destes resultados, o grande objetivo deste estudo não era tanto comparar estas crianças a outras crianças adotadas, ou as crianças adotadas a crianças não-adotadas, mas sim perceber que variáveis específicas do contexto familiar adotivo conduzem às diferentes pontuações de regulação emocional dentro das crianças adotadas. Saliencia-se que seria importante para estudos futuros avaliar a regulação emocional da criança adotada através da perspectiva da mesma, ou de outros adultos, como os professores.

Os resultados evidenciam que a maioria dos pais (68.6%) falou pela primeira vez sobre adoção com a criança antes dos cinco anos de idade, ou seja, antes da entrada na escola. Estes dados mostram a consciencialização parental para a importância de a criança

saber pelos pais que é adotada e não por alguém externo à família, visto que, com a entrada na escola, o estatuto de adotado ganha visibilidade, e a revelação da adoção fora da família torna-se mais provável. A revelação/primeira comunicação sobre adoção, nesta fase, poderá funcionar como uma preparação da criança para possíveis reações externas.

A maioria das figuras parentais do presente estudo considera que falou vezes suficientes sobre a adoção com a criança. No entanto, 22.9% dos pais nunca falou, proactivamente, com a criança sobre adoção e 8.6% apenas o fez uma vez. Estes resultados mostram que ainda existe uma percentagem significativa de pais pouco proativos na comunicação sobre adoção, o que tal como refere Le Mare e Audet (2011) tem influência na proatividade da criança na comunicação, levando muitas vezes a um ciclo de comunicação fechada na família sobre adoção (Barbosa-Ducharme et al., 2012). Ainda assim refira-se que os pais se encontram, na grande maioria, satisfeitos com a comunicação com a criança. Este resultado pode ainda apontar para a importância do clima emocional em que a comunicação sobre adoção acontece, em detrimento da quantidade de comunicação. Segundo Le Mare e Audet (2011) a atitude dos pais face ao assunto da adoção é mais importante do que a revelação ou frequência com que o assunto é abordado. Tendo em conta a fase desenvolvimental de compreensão da adoção destas crianças, que envolve a noção de ganhos e perdas inerentes à adoção (Brodzinsky et al., 1984), destaca-se a importância de uma comunicação aberta, propícia à exploração individual e à expressão dos sentimentos inerentes a esta consciencialização, cada vez mais premente, das perdas que a adoção envolveu, num clima emocional de aceitação e empatia. Estes resultados refletem isso mesmo, mostrando ainda que, este clima emocional em que é vivida a comunicação sobre adoção, influencia a regulação e a labilidade emocional da criança adotada. Para além da frequência de comunicação (se a comunicação foi ou não suficiente) são preditores da labilidade emocional a empatia pela curiosidade da criança em relação aos seus pais biológicos, o receio parental de que a criança seja procurada pela família biológica e a satisfação com a comunicação, variáveis que refletem a componente emocional desta comunicação sobre adoção, na perspectiva parental. A forma como os pais interpretam as questões dos seus filhos sobre os seus pais biológicos, o receio que mostram de que estes os procurem, o contexto mais relaxado ou tenso em que ocorre a comunicação sobre adoção e o conforto nesta comunicação expressam emoções e são indicadores da própria regulação emocional dos pais, que como já vimos influencia diretamente a regulação emocional das próprias crianças (e.g. Greenberg et al., 1999; Halberstadt et al., 1995). Nas famílias em que esta comunicação ocorre num clima emocional apropriado, tal

como refere Eisenberg e colaboradores (1998), existe a promoção de uma comunicação aberta e a expressão de sentimentos de forma adequada e regulada, por pais e filhos. Consequentemente, esta modelagem é depois transposta para outros contextos onde a criança se insere, contribuindo para o seu ajustamento e bem-estar psicológico.

De facto, tal como refere Brodzinsky e Pinderhughes (2002) a comunicação sobre adoção é uma tarefa essencial e transversal a todas as famílias adotivas, sendo a necessidade de se comunicar sobre adoção a maior diferença entre as famílias adotivas e as famílias convencionais. Apesar de a maioria dos pais não considerar as famílias adotivas diferentes das famílias convencionais, alguns identificam competências extra que os pais adotivos devem desenvolver, maiores dificuldades na parentalidade adotiva e necessidades e preocupações específicas das crianças adotadas. Todas estas dificuldades, competências, necessidades e preocupações dizem respeito, na sua maioria, precisamente a questões de adaptação e estabelecimentos de vínculos – trata-se de uma criança e de uns pais com uma história passada, que não foi vivida em conjunto – e a questões relacionadas com a comunicação sobre adoção e busca das origens. Os pais que reconhecem estas diferenças foram pais que adotaram crianças mais velhas. Estes resultados vão de encontro aos encontrados por Palacios e Sánchez-Sandoval (2005), onde os pais evidenciaram uma certa insistência nas diferenças, nas famílias que adotaram crianças mais velhas. Além disso, são também pais com mais anos de estudo. Este reconhecimento/insistência das diferenças entre parentalidade adotiva e parentalidade biológica em crianças adotadas mais velhas e pais com maior escolaridade pode ser interpretado de duas formas. Por um lado, na perspectiva do reconhecimento destas diferenças, os pais com mais escolaridade podem estar mais conscientes das necessidades e preocupações dos seus filhos, que no caso das crianças mais velhas são ainda maiores, face ao maior passado de adversidade. Consequentemente, consideram a parentalidade adotiva mais difícil e assumem a necessidade de competências extra para dar resposta a estas necessidades específicas das crianças adotadas. Por outro lado, numa lógica de insistência das diferenças, este resultado pode estar relacionado com as expectativas criadas, expectativas essas muitas vezes irrealistas. Se as crianças correspondem às expectativas iniciais dos pais, as diferenças entre elas e as outras crianças não são evidentes aos seus olhos; por outro lado, se as expectativas são defraudadas poderá haver uma tendência para insistir nas diferenças entre as famílias adotivas e as famílias convencionais, o que neste panorama pode não ser positivo ao ajustamento familiar.

Quando analisamos a relação entre este reconhecimento versus rejeição das diferenças e a regulação emocional verificamos que a regulação se encontra positivamente relacionada com a facilidade em ser pais adotivos (rejeição das diferenças), enquanto que a labilidade se encontra negativamente correlacionada com a facilidade e com a semelhança entre famílias adotivas e convencionais (reconhecimento das diferenças). Além disso, a dificuldade na parentalidade é preditora da labilidade/negatividade emocional, o que nos leva a sugerir que, no caso deste estudo, exista um reconhecimento das diferenças levado ao extremo, ou seja, uma insistência destas diferenças, que não é positiva para a criança, do ponto de vista emocional, nomeadamente da regulação das suas emoções. À semelhança do que havia sido dito por Brodzinsky (1990), o reconhecimento exagerado das especificidades da adoção pode traduzir-se num ambiente familiar de risco, composto por interações disfuncionais que comprometem uma vivência familiar saudável e adaptativa.

Os resultados encontrados no presente estudo contrariam o trabalho pioneiro de Kirk que diz que os pais que negam as diferenças da parentalidade adotiva em relação à parentalidade biológica são menos orientados a falar abertamente sobre adoção, enquanto que os pais que aceitam essas diferenças facilitam uma comunicação mais aberta, potenciam a expressão de sentimentos ambíguos, como por exemplo, os sentimentos de perda e ajudam a criança na busca das suas origens. Neste estudo, quanto mais os pais consideram a sua família semelhante às famílias convencionais, mais confortáveis se sentem na comunicação sobre a adoção e mais satisfeitos com esta se encontram. De forma semelhante, os pais que consideram a parentalidade adotiva mais difícil que a parentalidade biológica sentem-se menos confortáveis em falar sobre adoção e têm mais dificuldade em falar nas origens da criança. No entanto, tal como já foi referido, estas famílias foram as famílias que adotaram também crianças mais velhas, e por isso podemos concluir que, possivelmente, estes pais atravessam um período difícil relativamente à adoção. Estes resultados sobre o reconhecimento versus rejeição das diferenças trazem nova informação à literatura nesta área, onde existem poucos estudos empíricos, que confirmem, ou contradigam, esta ideia pioneira de Kirk.

#### **4. Conclusão**

O principal objetivo desta investigação era estudar o papel da vivência familiar da adoção na regulação emocional da criança adotada. Os resultados mostraram que a

vivência familiar da adoção, nomeadamente aspetos específicos da vivência familiar desta configuração de família, como a comunicação sobre a adoção, influencia a regulação emocional da criança adotada. Atendendo aos objetivos deste estudo, conclui-se que: 1) pais e mães têm percepções semelhantes no que se refere à percepção sobre a regulação emocional dos seus filhos; 2) esta percepção valoriza as crianças adotadas, comparativamente a crianças não adotadas; 3) o reconhecimento das diferenças inerentes à parentalidade adotiva associa-se a uma comunicação sobre a adoção mais tardia e fechada, enquanto a rejeição das diferenças está associada a uma comunicação mais aberta sobre a adoção, onde há uma maior satisfação com a mesma; 4) a abertura da comunicação, o conforto com a comunicação, a satisfação, a empatia pela curiosidade da crianças e a rejeição das diferenças inerentes à parentalidade adotiva contribuem para uma maior regulação e menor labilidade emocional da criança adotada, na perspetiva parental; 5) a facilidade em ser pai/mãe adotivo(a), a frequência da comunicação, a empatia pela curiosidade da criança pelos pais biológicos, o receio que a criança seja procurada pela família biológica e satisfação com a comunicação são preditores da labilidade/negatividade emocional da criança adotada.

Por último, importa salientar que estes resultados contribuem para o conhecimento da regulação emocional em crianças adotadas, bem como para a compreensão dos processos específicos da família adotiva inerentes ao seu desenvolvimento. Retoma ainda uma questão bastante falada na literatura da adoção – reconhecimentos versus rejeição dos desafios da parentalidade adotiva – e pouco estudada empiricamente, quer em estudos nacionais como internacionais. Para além de trazer novos conhecimentos à comunidade científica, este estudo poderá ter importantes implicações ao nível das práticas profissionais, e da importância destas serem baseadas em evidência científica. Estes resultados mostram a importância que o clima emocional em que ocorre a comunicação familiar sobre a adoção pode ter no desenvolvimento emocional da criança adotada, especificamente na sua capacidade de se regular emocionalmente. A comunicação sobre adoção pode ser um meio de modelagem da expressão e regulação emocional e um indicador importante do impacto que a regulação emocional dos pais pode ter na regulação emocional da criança adotada, especificamente na expressão de sentimentos relativos à adoção, ao passado da criança e aos seus pais biológicos. É importante que na formação com pais seja fomentada a importância do seu próprio bem-estar e do clima emocional familiar na regulação emocional da criança.

## Referências Bibliográficas

- Alves, D. (2013). *Aceitação pelos pares na idade escolar: antecedentes, processos e resultados desenvolvimentais*. Tese de Doutorado não publicada, FPCEUP, Porto.
- Alves, D., & Cruz, O. (2013). A versão portuguesa da Emotion Regulation Checklist (ERC). Poster apresentado no *IX Congreso Iberoamericano de Evaluación Psicológica*, Maceio, Brasil.
- Barbosa-Ducharne, M., Ferreira, J., & Soares, J. (2012). Communication openness in the adoptive family and the psychological adjustment of adoptees. In *Proceedings of the XV European conference on developmental psychology* (pp. 215-224). Roma: Medimond.
- Barbosa-Ducharne, M., & Soares, J. (2012). *Entrevista sobre o Processo de Adopção – Versão Crianças*. Instrumento não publicado. FPCEUP
- Brodzinsky, D. M. (1990). A stress and coping model of adoption adjustment. In D. M. Brodzinsky & M. D. Schechter (Eds.), *The psychology of adoption* (pp. 3-24). New York: Oxford University Press.
- Brodzinsky, D. M. (2005). Reconceptualizing openness in adoption: Implications for theory research and practice. In D. Brodzinsky & J. Palacios (Eds.), *Psychological issues in adoption: Research and practice* (pp. 145-166). New York: Greenwood.
- Brodzinsky, D. M. (2006). Family structural openness and communication openness as predictors in the adjustment of adopted children. *Adoption Quarterly*, 9, 1-18. doi: 10.1300/J145v9n04\_01
- Brodzinsky, D. M. (2011). Children's understanding of adoption: Developmental and clinical implications. *Professional Psychology: Research and Practice*, 42, 200–207. doi: 10.1037/a0022415
- Brodzinsky, D. M., & Pinderhughes, E. E. (2002). Parenting and child development in adoptive families. In M. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting (Vol.1)*. New Jersey: Erlbaum Associates.
- Brodzinsky, D. M., Singer, L. M., & Braff, A. M. (1984). Children's understanding of adoption. *Child Development*, 55, 869-878. Retirado de: <http://www.jstor.org/stable/1130138>



- Calkins, S. D. (1994). Origins and outcomes of individual differences in emotion regulation. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 59(2-3), 53-72. doi: 10.1111/mono.12053
- Dunsmore, J., Booker, J., & Ollendick, T. (2013). Parental emotion coaching and child emotion regulation as protective factors for children with oppositional defiant disorder. *Social Development*, 22(3), 444 – 466. doi: 10.1111/j.1467-9507.2011.00652.x
- Eisenberg, N., Cumberland, A., & Spinrad, T. L. (1998). Parental socialization of emotion. *Psychological Inquiry*, 9(4), 241 – 273. doi: 10.1207/s15327965pli0904\_1
- Eisenberg, N., Gershoff, E., Fabes, R., Shepard, S., Cumberland, A., Losoya, S., ... Murphy, B. (2001). Mothers' emotional expressivity and children's behavior problems and social competence: Mediation through children's regulation. *Developmental Psychology*, 37(4), 475-490. doi: 10.1037//0012-1649.37.4.475
- Gratz, K., & Roemer, L. (2004). Multidimensional assessment of emotion regulation and dysregulation: development, factor structure, and initial validation of the difficulties in emotion regulation scale. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment*, 2, 41-54. doi: 10.1023/B:JOBA.0000007455.08539.94
- Greenberg, M., Lengua, L., Coie, J., & Pinderhughes, E. (1999). Predicting developmental outcomes at school entry using a multiple-risk model: Four American communities. *Developmental Psychology*, 35(2), 403-417. doi: 10.1037/0012-1649.35.2.403
- Gunnar, M., & Donzella, B. (2002). Social regulation of the cortisol levels in early human development. *Psychoneuroendocrinology*, 27, 199 – 220. doi: 10.1016/S0306-4530(01)00045-2
- Halberstadt, A. G., Cassidy, J., Stifter, C. A., Parke, R. D., & Fox, N. A. (1995). Self-expressiveness within the family context: Psychometric support for a new measure. *Psychological Assessment*, 7(1), 93 - 103. doi: 10.1037/1040-3590.7.1.93
- Instituto de Segurança Social, Instituto Público – ISS, IP (2013). *CASA 2013: Caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens*. ISS, IP.
- Jones, C., & Hackett, S. (2007). Communicative openness within adoptive families: Adoptive parents' narrative accounts of the challenges of adoption talk and the approaches used to manage these challenges. *Adoption Quarterly*, 10(3-4), 157-178. doi:10.1080/10926750802163238
- Juffer, F., Palacios, J., LeMare, L., Sonuga-Barke, E., Tieman, W., Bakermans-Kranenburg, M., ... Verhulst, F. (2011). Development of adopted children with

- histories of early adversity. *Monographs of the Society for the Research on Child Development*, 76, 31-61. doi: 10.1111/j.1540-5834.2011.00627
- Kim-Spoon, J., Cicchetti, D., & Rogosch F. (2013). A longitudinal study of emotion regulation, emotion lability-negativity, and internalizing symptomatology in maltreated and nonmaltreated children. *Child Development*, 84(2), 512-527. doi: 10.1111/j.1467-8624.2012.01857.x
- Kim-Spoon, J., Haskett, M., Longo, G., & Nice, R. (2012). Longitudinal study of self-regulation, positive parenting, and adjustment problems among physically abused children. *Child Abuse & Neglect*, 36, 95– 107. doi: :10.1016/j.chiabu.2011.09.016
- Kohler, J. K., Grotevant, H. D., & McRoy, R. G. (2002). Adopted adolescents' preoccupation with adoption: The impact on adoptive family relationships. *Journal of Marriage and Family*, 64, 93 - 104. doi: 10.1111/j.1741-3737.2002.00093.x
- Le Mare, L., & Audet, K. (2011). Communicative openness in adoption, knowledge of culture of origin, and adoption identity in adolescents adopted from Romania. *Adoption Quarterly*, 14(3), 199-217. doi: 10.1080/10926755.2011.608031
- Martins, C. (2011). *Manual de análise de dados quantitativos com recurso ao IBM SPSS : Saber decidir, fazer, interpretar e redigir*. Braga: Psiquilíbrios.
- Meyer, S., Raikes, H., Virmani, E., Waters, S., & Thompson, S. (2014). Parent emotion representations and the socialization of emotion regulation in the family. *International Journal of Behavioral Development*, 38(2), 164 – 173. doi: 10.1177/0165025413519014
- Palacios, J. (2010). Familias adoptivas. In E. Arranz & A. Oliva (coord.), *Desarrollo psicológico en las nuevas estructuras familiares* (pp. 51-67). Madrid: Ed. Pirâmide.
- Palacios, J., & Sánchez-Sandoval, Y.S. (2005). Beyond adopted/non-adopted comparisons. In D. Brodzinsky & J. Palacios (Eds.), *Psychological issues in adoption: research and practice* (pp. 117-144). New York: Greenwood
- Palacios, J., Sánchez-Sandoval, Y., & León, E. (2004). *Adelante con la adopción*. Sevilla. Junta de Andalucía: Consejería para la Igualdade y Bienestar Social.
- Shields, A., & Cicchetti, D. (1997). Emotion regulation among school-age children: the development and validation of a new criterion Q-Sort scale. *Developmental Psychology*, 33(6), 906-916. doi: 10.1037/0012-1649.33.6.906
- Thompson, R. A. (1994). Emotion regulation: A theme in search of definition. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 59(2-3). 25- 52. doi: 10.1111/j.1540-5834.1994.tb01276.x

- van IJzendoorn, M. H., & Juffer, F. (2006). The Emanuel Miller memorial lecture 2006: Adoption as intervention. Meta-analytic evidence for massive catch-up and plasticity in physical, socio-emotional and cognitive development. *Journal of child psychology and psychiatry*, *47*, 1228-1245. doi: 10.1111/j.1469-7610.2006.01675.x.
- Wrobel, G., Grotevant, H., & McRoy, R. (1998). Factors related to patterns of information exchange between adoptive parents and children in mediated adoptions. *Journal of Applied Developmental Psychology*, *19*(4), 641-657. doi: 10.1016/S0193-3973(99)80060-4
- Wrobel, G., Kohler, J., Grotevant, H., & McRoy, R. (2003). The family adoption communication (FAC) model: identifying pathways of adoption-related communication. *Adoption Quarterly*, *7* (2), 53-84. doi: 10.1300/J145v07n02\_04

Tabela 1

*Vivência Familiar da Adoção e Regulação Emocional: Intercorrelações e Medidas Descritivas*

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	1									
2	-.25*	1								
3		.27*	1							
4		.61***	.34**	1						
5		.28*			1					
6	-.33**	.32**				1				
7		.27*				.36**	1			
8						.53***		1		
9		.26*				.42***		.27*	1	
10		-.27*				-.52***	.27*	-.56***	-.36**	1
<i>M</i>	4.86	5.51	5.04	4.85	5.04	6.20	6.73	5.51	2.85	1.81
<i>DP</i>	1.84	1.49	2.08	1.95	1.53	1.16	0.99	1.82	0.37	0.38

*Nota.* 1 – Idade da primeira comunicação sobre adoção; 2 – Conforto de pais e filho na comunicação; 3 – Facilidade dos pais em falar nas origens da criança; 4 – Facilidade da criança em falar nas suas origens; 5 – Empatia pela curiosidade da criança em relação aos pais biológicos; 6 – Satisfação com a comunicação estabelecida na família; 7 – Semelhanças entre famílias adotivas e famílias biológicas; 8 – Facilidade em ser pai/mãe adotivo(a), comparativamente a pai/mãe biológico(a); 9 - Regulação emocional; 10 - Labilidade emocional. As variáveis 2 a 8 são avaliadas em escala tipo *Lickert* de 7 pontos, em que o 1 diz respeito ao polo *negativo/baixo* e o 7 *positivo/alto*. As variáveis 9 e 10 são avaliadas em escala tipo *Lickert* de 4 pontos, em que o 1 significa “nunca”; 2 - “algumas vezes”; 3 - “muitas vezes” e o 4 - “sempre”.

\*  $p < .050$ . \*\*  $p < .010$ . \*\*\*  $p < .001$

Tabela 2

*Preditores da Labilidade/Negatividade Emocional da Criança Adotada: Modelo de Regressão Hierárquica*

Variáveis	Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3	
	$\beta$	$p$	$\beta$	$p$	$\beta$	$p$
1	-.562	<.001	-.491	<.001	-.382	.001
2			-.250	.024	-.219	.045
3			-.251	.013	-.227	.022
4			.157	.110	.131	.174
5					-.224	.046
$R^2_a$	.306		.412		.439	
$F$	31.47***		13.08***		11.80***	

*Nota.* 1 - Facilidade em ser pai/mãe adotivo(a), comparativamente a pai/mãe biológico(a); 2 – As vezes que falaram sobre adoção foram suficientes; 3 - Empatia pela curiosidade da criança em relação aos pais biológicos; 4 – Receio que a criança seja procurada pela família biológica; 5 - Satisfação com a comunicação estabelecida na família.

As variáveis 2 e 4 foram transformadas em variáveis *dummy* para que pudessem ser usadas na regressão.

\*\*\*  $p < .001$